

CORREIO
ECONÔMICO

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Índice usado para reajustar salários ficou em -0,32%

INPC tem variação negativa em agosto e soma 3,98% em 12 meses

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), usado para a correção anual de salários, fechou agosto em -0,32%. No acumulado de 12 meses, o indicador marca 3,98%. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Agosto teve a inflação mais baixa desde setembro de 2022 (também -0,32%). Em julho passado, o INPC também tinha apresentado deflação (-0,01%), isto é, inflação negativa. Em agosto de 2025, o indicador ficou em -0,21%. Em agosto, o grupo de produtos e serviços que mais puxou o índice para baixo foi o chamado habitação (-2,17% e impacto de -0,38 ponto percentual). A explicação está no Bônus de Itaipu, desconto na conta de luz que os consumidores receberam no mês passado.

INPC influencia na correção de salários

O INPC influencia diretamente a vida de muitos brasileiros pois o acumulado móvel de 12 meses costuma ser utilizado como referência de cálculo para reajuste de salários de diversas categorias ao longo do ano. O salário mínimo, por exemplo, leva o dado de novembro no seu cálculo. O seguro-desemprego, o teto do INSS e o benefício de quem recebe acima do salário mínimo são reajustados com base no resultado do INPC acumulado até dezembro.

ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL



O salário mínimo leva o dado de novembro no seu cálculo

Nova NR-1 e alta performance são discutidas

No próximo dia 15, a partir das 14h, acontece o Vendas sem Burnout, evento que reúne especialistas e profissionais do mercado para discutir os desafios de alcançar alta performance em um cenário de mudanças nas relações de trabalho e nas exigências relacionadas à saúde organizacional. Entre os destaques da programação está a participação de Beatriz Reis, especialista em marketing, estrategista de comunicação multidisciplinar e autora best-seller dos livros Protagonistas e A Essência da Influência.

Responsabilidade das empresas reforçada

Um dos temas centrais será a nova NR-1, norma que estabelece diretrizes gerais de segurança e saúde no trabalho e que passa a dar maior atenção também aos riscos psicossociais, como estresse excessivo, que pode afetar a saúde mental dos profissionais. A mudança reforça a responsabilidade das empresas em identificar e gerenciar fatores do trabalho que possam contribuir para o adoecimento dos colaboradores.

INPC x IPCA I

O IBGE divulgou na sexta-feira o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de agosto, que teve a menor taxa em quatro anos (-0,32%). Uma diferença entre os dois índices é que o INPC apura a inflação para as famílias com renda de um até cinco salários mínimos. Já o IPCA, para lares com renda de um até 40 salários mínimos.

INPC x IPCA II

No INPC, são apurados preços de 367 produtos e serviços, dez a menos que no IPCA. O IBGE confere pesos diferentes aos grupos de preços pesquisados. No INPC, por exemplo, os alimentos representam cerca de 25% do índice, mais que no IPCA (aproximadamente 21%), pois as famílias de menor renda gastam proporcionalmente mais com comida.

Oscilações do petróleo I

Diante da persistência da volatilidade dos preços internacionais do petróleo decorrentes de conflitos geopolíticos, o Governo Federal adotou na quarta-feira (9) duas novas medidas voltadas a conter a alta dos preços no Brasil. Uma delas foi a assinatura de decreto que reduz em R\$ 0,63 as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins sobre o litro de gasolina.

Oscilações do petróleo II

A outra foi a assinatura de medida provisória que autoriza subvenção econômica ao óleo diesel. Desde o início da guerra no Oriente Médio, o Governo Federal vem acompanhando as oscilações do mercado e tomando medidas proporcionais ao cenário do momento. O mercado internacional segue marcado por elevada incerteza.

Regularização I

Os microempreendedores individuais devem estar atentos para não ficarem de fora do Simples Nacional a partir de janeiro de 2027. Isto porque no início deste ano foram enviados termos de exclusão, acompanhados dos relatórios de pendências com os débitos que os pequenos negócios têm junto à Receita Federal ou à Procuradoria-Geral.

Regularização II

Caso as dívidas não sejam renegociadas, as empresas serão excluídas do Simples Nacional e do Simei a partir de janeiro de 2027. As notificações podem ser verificadas nos portais do Simples Nacional ou pelo e-CAC da Receita Federal. A regularização dos débitos pode ser feita por meio de pagamento à vista ou de forma parcelada.



O IPCA do mês passado veio abaixo da estimativa do mercado

Inflação oficial de agosto fecha em -0,32%, menor taxa em 4 anos

Quedas na conta de luz, alimentos e transporte influenciaram IPCA

Da Redação

O Bônus de Itaipu e a queda de preço dos alimentos e dos transportes fizeram a inflação oficial de agosto fechar em -0,32%, a menor taxa desde agosto de 2022, quando o índice alcançou -0,36%.

Em julho, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi 0,07%. Em agosto de 2025, -0,11%. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A variação negativa de agosto fez o índice acumular 4,22% em 12 meses – menor valor desde março de 2026 (4,14%). Em julho, a soma estava em 4,44%.

O IPCA do mês passado veio abaixo da estimativa do mercado. O Boletim Focus da última terça-feira (8), sondagem do Banco Central (BC) com agentes do mercado financeiro, projetou a inflação de agosto em -0,23%. Para o fim de 2026, a expectativa do mercado é de 5%.

A meta de inflação estipulada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, ou seja, um intervalo de 1,5% a 4,5%.

Desde o início de 2025, o

período de avaliação da meta é referente aos 12 meses imediatamente passados e não apenas o alcançado no fim do ano (dezembro). A meta é considerada descumprida se a inflação estourar o intervalo de tolerância por seis meses seguidos.

DOS NOVE GRUPOS PESQUISADOS PELO IBGE, QUATRO APRESENTARAM DEFLAÇÃO EM AGOSTO:

- Alimentação e bebidas: -0,34% (impacto de -0,07 ponto percentual);
- Habitação: -1,87% (-0,29 p.p.);
- Artigos de residência: 0,64% (0,02 p.p.);
- Vestuário: 0,12% (0,00 p.p.);
- Transportes: -0,86% (-0,17 p.p.);
- Saúde e cuidados pessoais: 0,23% (0,03 p.p.);
- Despesas pessoais: 1,30% (0,13 p.p.);
- Educação: 0,47% (0,03 p.p.);
- Comunicação: -0,09% (0,00 p.p.).

O grupo habitação teve a deflação mais profunda para o mês desde o início do Plano Real, em 1994. A explicação está no Bônus de Itaipu, desconto que os consumidores receberam na conta de luz do mês, que caiu, em média 7,63%.